

Luz para Todos possibilita a experiência do consumo

Lizete Teles de Menezes

Para o **Valor**, de Alcântara

Dados sobre o consumo de eletrodomésticos revelam que a eletrificação melhorou as condições de vida da população nas áreas rurais. Pesquisa realizada em 2006 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (Ipea), envolvendo 6.543 famílias atendidas pelo Programa Luz para Todos, registrou aumento de 44,1% na compra de televisores, 35,7% na aquisição de geladeiras, 27,7% na de rádios e aparelhos de som, 24,8% na de liquidificadores, ventiladores e freezers. Naquele ano, o programa atendeu 1 milhão de domicílios rurais em todo o país, entre comunidades quilombolas, indígenas, assentamentos e domicílios rurais localizados em municípios de baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde cerca de 90% das famílias viviam com renda inferior a três salários mínimos.

A cidade de Alcântara, a 22 quilômetros de São Luís, capital do Maranhão, experimentou esse impacto. Cerca de 12 mil dos seu 19 mil habitantes vivem na zona rural, em mais de uma centena de povoados, 76 deles já atendidos

pelo Programa Luz para Todos. A instalação de energia elétrica nos 3.034 domicílios dessas comunidades mudou a vida das 8,6 mil pessoas que nelas vivem, atesta José Conceição Costa Muniz, assessor técnico da prefeitura comandada por Heloísa Helena Franco Leitão (DEM). São pequenos agricultores e pescadores artesanais, que sobrevivem apenas dessas atividades.

"Aqui não se consumia nada", afirma Muniz, "mas a partir do Luz para Todos, as comunidades hoje têm telefone público, água encanada, posto de saúde e visitas periódicas das equipes do Saúde Família e do Saúde Bucal." Ele constata que a auto-estima da população aumentou, as pessoas estão reformando suas casas, passaram a se cuidar mais, a se informar. Mesmo os mais pobres compraram televisão, rádio, geladeiras, ventiladores e até freezer, diz Muniz. "Alcântara não tinha nenhuma loja de eletrodomésticos, hoje tem três." No Maranhão, o programa já cumpriu 62% de sua meta total de 249 mil ligações. Em Alcântara, particularmente, já foram realizadas 97% das ligações previstas.

Remanescente de escravos, Miguel Arcanjo Araújo, 49 anos, sete

filhos, nasceu e se criou na comunidade quilombola de Samucangáua, local de difícil acesso a 40 quilômetros do centro de Alcântara. Em quase meio século de vida, ele viveu sob a luz de lamparina. Gastava por mês 2 litros de querosene, ao custo de R\$ 10. Está feliz com a chegada da luz. Sua casa de taipa coberta de palha só tem os três pontos de iluminação instalados pelo Luz para Todos, que faz a ligação a custo zero.

Embora reclame das três primeiras contas, que passaram de R\$ 300 — ele recorreu à Justiça para negociar o pagamento —, Arcanjo já comprou rádio, televisão e geladeira. "Antes o peixe tinha que ficar no sal, agora conservo no gelo. E a família se diverte com a TV."

Arcanjo conta que as últimas contas ficaram ao redor de R\$ 7,50. Vai pagar, mas cutuca a Companhia Energética do Maranhão (Cemar), executora do programa. "Eles precisam aliviar o peso das contas, senão fica difícil." Essa é uma queixa generalizada, diz José Muniz, alertando que, se a distribuidora não fizer uma revisão "vai pipocar muito gato" na região.

Apesar do atraso no cronograma, os beneficiados pelo Luz para

Todos no Piauí também comemoraram. O cenário é o mesmo do Maranhão: casas de taipa, telhado de palha e muita pobreza. Wilton Lopes da Silva, 56 anos, vive há oito no assentamento dos pequenos produtores João de Deus, na zona rural de Teresina. Ele considera "uma redenção" a eletrificação do local, distante 40 quilômetros da capital piauiense.

O programa Luz para Todos foi lançado em 2003. Segundo o Ministério das Minas e Energia, cerca de 5% da população brasileira vivia, na ocasião, sob a luz de lamparinas a querosene ou diesel. Segundo o Ministério das Minas e Energia (MME), o programa atingiu em março 75% do objetivo, com 1,5 milhão de domicílios conectados à rede elétrica, cobrindo um universo de 7,5 milhões de pessoas. "A meta para 2008 será cumprida, porém, já está superada porque a demanda cresceu mais de 50%, para 3,2 milhões de ligações", informa o coordenador nacional do programa, Hélio Morito.

Na avaliação do ministério, o aumento da demanda deve-se ao fluxo migratório inverso, das cidades para o campo, em função da chegada da energia elétrica. A no-

va realidade levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a prorrogar por mais dois anos a execução do Luz para Todos. A previsão é de que mais 1,17 milhões de ligações sejam realizadas até 2010, a um custo adicional de R\$ 6 bilhões.

Mas o programa enfrenta entraves. Em alguns Estados, como o Piauí e os da região amazônica, as obras estão atrasadas por motivos que vão de questões geográficas a denúncias de suposta corrupção nas licitações. No Piauí, por exemplo, além do escândalo da Construtora Gautama, do empresário Zuleido Veras, um inverno atípico, com muita chuva, e a incapacidade operacional e financeira das empresas contratadas prejudicaram o andamento do programa. "Esse é um dos grandes motivos do atraso. Das 45 mil ligações contratadas, essas empresas só conseguiram realizar 16 mil", diz Eugênio Leal Veloso, assessor da diretoria de expansão da Cepisa, executora do programa no Estado.

O quadro foi agravado com as revelações da Operação Navalha, uma delas envolvendo recursos do governo destinados ao Luz para Todos, para cuja liberação a Gautama estaria pagando propinas a au-

toridades governamentais. Diante das irregularidades, a Advocacia Geral da União declarou a inidoneidade da construtora e a Cepisa rescindiu unilateralmente o contrato com a empreiteira em setembro de 2007, conta Veloso.

No balanço geral, a Cepisa rescindiu 26,2 mil contratos, incluindo os da Gautama, e até o mês passado as ligações somavam apenas 29 mil, para uma meta de 149,5 mil até dezembro, que não será cumprida. Mas ganhou um reforço. No início do ano, o ministério viabilizou a participação da geradora Chesf como mais um agente executor no Estado.

Já nos Estados amazônicos, características geográficas, climáticas e ambientais impedem que as obras de eletrificação sejam executadas no ritmo desejado, diz Hélio Morito. Mas outras questões também atrasaram o Luz para Todos no Amapá e Roraima. No primeiro caso, a Companhia de Eletricidade do Amapá encontrava-se inadimplente e impedida de obter recursos para executar o programa. A Eletronorte solucionou o problema e passou a coordenar as obras. E estuda uma saída para Roraima, que teve entraves similares.